

## Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

### DOCTRINA

#### ARTIGOS

#### El Estado compuesto en la Constitución Española de 1978

<b>Jaime Rodríguez-Arana Muñoz</b> .....	13
I Introducción.....	13
II Constitución, Administración Pública y modelo de Estado.....	18
III El modelo constitucional: un acierto.....	25
Referencias.....	31

#### La presunción de inconstitucionalidad

<b>Alfonso Buteler</b> .....	33
I Introducción.....	33
II La presunción de inconstitucionalidad.....	34
III La carga argumentativa.....	40
IV El estandar de control en materia de categorías sospechosas.....	41
Referencias.....	42

#### Soberanía y Estado Constitucional

<b>Juan Gustavo Corvalán</b> .....	45
1 Introducción.....	45
2 La noción clásica de soberanía estatal.....	46
3 La decadencia de la soberanía.....	49
4 Hacia una articulación racional de la soberanía con el Estado Constitucional de Derecho.....	52
4.1 La noción de soberanía como un derivado del principio democrático.....	53
4.2 Soberanía y democracia constitucional.....	54
5 La "soberanía compartida" en Argentina.....	58
6 La compatibilidad entre soberanía popular y derecho internacional.....	64
7 Conclusiones.....	66
Referencias.....	68

#### Os fundamentos constitucionais dos honorários de sucumbência

<b>Eduardo Talamini</b> .....	73
1 Introdução.....	73
2 Efetividade e plenitude da tutela jurisdicional.....	74
2.1 A insuficiência das teorias da ação.....	74
2.2 As diferentes teorias da ação consideram diferentes objetos.....	75
2.3 Escalada de posições jurídico-subjetivas.....	75
2.4 As diferentes garantias extraíveis do art. 5 <sup>a</sup> , XXXV, da Constituição.....	76
2.5 Os honorários de sucumbência e a plenitude da tutela jurisdicional.....	77
2.6 A tutela à parte e a diretriz de atribuição dos honorários ao advogado.....	78
2.6.1 A mitigação do custo contratual.....	78

2.6.2	A possibilidade de pactuação diversa entre as partes .....	79
2.6.3	A possível eliminação do custo contratual .....	79
2.6.4	A perspectiva macroprocessual .....	79
2.7	Um precedente na jurisprudência constitucional italiana .....	81
3	Acesso à Justiça .....	82
3.1	Meio de diminuição dos custos de quem tem razão .....	82
3.2	O sistema de assistência jurídica gratuita .....	82
3.2.1	Insuficiência do sistema .....	83
3.2.2	Honorários e custeio dos órgãos de assistência .....	83
3.2.3	A liberdade de escolha do jurisdicionado hipossuficiente .....	83
3.2.4	A universalidade da eliminação dos obstáculos .....	83
3.2.5	Multiplicidade de vias de facilitação de acesso .....	84
3.3	A relevância dos honorários na facilitação do acesso sob o aspecto objetivo .....	84
4	Responsabilidade jurídica .....	85
4.1	Dignidade humana e responsabilidade .....	85
4.2	Responsabilidade nos planos material e processual .....	86
4.3	Custo dos direitos e responsabilidade .....	87
4.3.1	O acesso à justiça como direito a ação positiva do Estado .....	87
4.3.2	Os custos do funcionamento do sistema jurisdicional .....	88
4.3.3	A ampliação dos direitos fundamentais e a correlata ampliação de responsabilidades .....	88
4.4	A tese da imputação a cada parte dos custos dos atos por elas praticados ou provocados .....	89
4.4.1	Violação à efetividade e plenitude da tutela jurisdicional .....	89
4.4.2	A função preventiva e didática da responsabilidade .....	89
4.4.3	Aspecto pragmático .....	90
5	A essencialidade do advogado à administração da justiça .....	91
5.1	Caráter instrumental da norma em face dos princípios antes destacados .....	92
5.2	O direito comparado .....	93
5.3	A correspondente necessidade de remuneração .....	94
6	Conclusão .....	94
	Referências .....	95

Perspectivas para as empresas estatais no Brasil: propostas para um estatuto jurídico

<b>Eloi Pethechust, Marcia Carla Pereira Ribeiro .....</b>	<b>99</b>	
1	Introdução .....	100
2	Por que debater o estatuto jurídico das empresas estatais? .....	100
3	O cenário das empresas estatais no Brasil .....	102
4	Estado empresário: razões para a exploração direta de atividades econômicas pelas empresas estatais .....	106
5	Perspectivas para as sociedades estatais no Brasil: propostas de aprimoramento ao seu estatuto jurídico .....	110
5.1	No âmbito das disposições preliminares .....	111
5.2	No âmbito das disposições acerca da função social .....	111
5.3	No âmbito das disposições acerca do regime de obrigações .....	112
5.4	No âmbito das disposições acerca do regime de recuperação e liquidação .....	113
5.5	No âmbito das disposições acerca da contabilidade privada e pública .....	114
5.6	No âmbito das disposições pertinentes ao regime de execução .....	114
5.7	Acrescentar disposições pertinentes à possibilidade de uso da intervenção judicial .....	116
6	Aspectos conclusivos .....	117
	Referências .....	118

Construção pragmático-sistêmica dos conceitos básicos do Direito Corruptivo: observações sobre a possibilidade do tratamento da corrupção como um ramo autônomo do Direito

<b>Caroline Müller Bitencourt, Janriê Rodrigues Reck</b> .....	123
Introdução .....	124
1    Noções preliminares sobre a identidade .....	125
2    Funções do Direito Corruptivo.....	126
3    Unidade da pluralidade.....	135
4    Classificações jurídicas .....	136
5    Conceitos adicionais .....	137
Considerações finais.....	137
Referências .....	138

Mandado de injunção e vedação ao retrocesso: a construção da parametricidade relativa

<b>Vanice Regina Lirio do Valle, Renata de Marins Jaber Maneiro</b> .....	141
1    Introdução: considerações gerais sobre o mandado de injunção .....	142
2    Efeitos subjetivos da coisa julgada: entre a teoria da resolutividade e a teoria da independência jurisdicional .....	143
3    Coisa julgada e superveniência de lei .....	149
4    Aplicabilidade da garantia de vedação ao retrocesso com base no critério normativo utilizado pelo STF: um discurso voltado à parametricidade relativa .....	154
4.1    Vedação ao retrocesso e as sentenças em injunção com efeitos <i>inter partes</i> .....	156
4.2    Vedação ao retrocesso e as sentenças em injunção com efeitos <i>erga omnes</i> .....	158
Considerações finais.....	160
Referências .....	162

A discricionariedade técnica e o controle político das agências reguladoras no Brasil

<b>Josué Mastrodi, Lucas Rocha Mello Emboaba da Costa</b> .....	165
1    Introdução .....	165
2    O instituto da discricionariedade administrativa no Direito alemão .....	168
3    Direito norte-americano: o modelo teórico das agências de regulação .....	170
4    As agências reguladoras brasileiras e a questão da discricionariedade técnica .....	172
4.1    Momentos de constatação da discricionariedade. A relevância dos conceitos jurídicos indeterminados.....	174
4.2    A falácia da teoria da solução única .....	176
5    O controle político das agências reguladoras.....	178
5.1    A delegação do poder regulamentar do Presidente da República para as agências reguladoras, a supervisão do Executivo e o controle político .....	180
5.2    Formas de controle político .....	182
5.2.1    Controle de adequação das discricionariedades .....	183
5.2.2    Procedimentos fiscalizatórios.....	184
5.2.3    Ajustes orçamentários.....	185
5.2.4    Ajustes legislativos .....	186
5.2.5    Controle dos quadros diretores das agências .....	187
6    Conclusão .....	188
Referências .....	189

*Disregard doctrine* e sua aplicação pela Administração Pública

<b>Leandro Sarai</b> .....	193
1 Introdução .....	193
2 A <i>disregard doctrine</i> .....	195
2.1 Pessoa jurídica: separação patrimonial e limitação de responsabilidade.....	197
2.2 Desconsideração da personalidade jurídica ou não segundo a lei .....	199
3 A controvérsia da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica pela Administração Pública .....	203
4 Entrando no debate.....	205
4.1 Princípio da legalidade e reserva de jurisdição.....	206
4.2 Moralidade e indisponibilidade do interesse público.....	207
4.3 Princípio da intranscendência.....	209
4.4 Teoria dos poderes implícitos .....	210
4.5 Novo enfoque .....	211
4.6 Novos rumos .....	214
5 Considerações finais.....	216
Referências .....	217

Planejamento administrativo e concretização das atribuições administrativas dos entes municipais

<b>Ciro Di Benatti Galvão</b> .....	221
1 A autonomia administrativa municipal e o contexto de sua inserção.....	221
2 A atividade de planejamento administrativo e sua vinculação às noções de eficiência administrativa e autonomia local .....	225
3 Os procedimentos de consorciamento intermunicipal e a implementação de políticas públicas eficientes .....	229
4 Considerações finais.....	233
Referências .....	234

Audiências públicas: histórico, conceito, características e estudo de caso

<b>Laís Sales do Prado e Silva, Murillo Giordan Santos, Virgínia Juliane Adami Paulino</b> .....	237
1 Introdução .....	237
2 Evolução histórica .....	238
3 Audiências Públicas no Poder Legislativo e no Poder Judiciário .....	241
4 Regime jurídico das audiências públicas administrativas .....	244
5 Audiências públicas na Administração: o conceito .....	246
5.1 Dever e direito de participação .....	248
5.2 Características gerais.....	248
6 Experiências e estudos de casos de audiências públicas .....	251
7 Conclusão .....	255
Referências .....	256

Abstracts.....	259
----------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	265
---------------------------------	-----